



## CNE PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REFORMULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

***A conta de luz vai aumentar e a insegurança energética voltará. Essas são as consequências da proposta de privatização colocada pelo governo Temer.***

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico e Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, realizaram nesta quinta-feira (31) a primeira audiência pública sobre a reformulação do setor elétrico. A reunião, que foi transmitida ao vivo, apresentou uma série de argumentos que escancaram as incoerências da proposta feita pelo governo ilegítimo de Temer.

O vice-presidente da FNU, Nailor Gato, lembrou que ao longo desta semana os dirigentes sindicais do CNE se reuniram com parlamentares de vários partidos, explicando os sérios prejuízos que terão a população e a categoria eletricitária se essa proposta de privatização for adiante.

Na gana de arrecadar dinheiro para pagar a suposta dívida do déficit público, o governo Temer propõe que a Eletrobras seja vendida por R\$ 20 a R\$ 30 bilhões, valor equivalente ao perdão dado ao grupo Itaú. Que lógica econômica é essa? A intenção desse grupo que se instalou na Presidência da República e nos mais altos cargos do Brasil é simplesmente sucatear o patrimônio brasileiro.

“A venda das estatais virou um playground de negócios”, disse Ciro Campos, representante do

Instituto Socioambiental. O ISA ressaltou as dificuldades do setor socioambiental com grandes empreendimentos, mas afirmou que se privatizar a situação vai piorar muito. “Será a entrega dos rios, a entrega dos biomas, a entrega das nossas riquezas”, destacou Campos.

O economista do Dieese Gustavo Teixeira ressaltou que o fim do protagonismo estatal no setor elétrico acarretará na volatilidade dos preços, aumento das tarifas e insegurança no abastecimento de energia. Disse ainda que não há evidências de que a gestão privada seja mais eficiente do que a estatal no setor elétrico. Muito pelo contrário. A Celpa, distribuidora de energia no Pará, privatizada na década de 90, hoje cobra a maior tarifa de energia do País. Além disso, tem os piores indicadores de qualidade do serviço, assim como consta no ranking mórbido das empresas de energia onde os trabalhadores terceirizados mais morrem.

A proposta do governo é tão incoerente que os leilões das usinas da CEMIG que estão previstos para o dia 27 de setembro partem da premissa de que a energia dessas usinas será cotizada, enquanto que o governo está defendendo a descotização na Consulta Pública 33.

“A proposta apresentada faz

referência aos documentos da privatização da década de 90, que resultou em apagão” pontuou Ronaldo Custódio, engenheiro da Eletrosul e professor da PUC SC. “Enquanto países da Europa estão estatizando o setor elétrico, os EUA estão criando cláusulas protencionistas alegando segurança nacional para impedir a entrada da China. Já o Brasil está entregando de bandeja a sua engenharia e os recursos naturais”, destaca.

Diversos parlamentares se fizeram presentes na audiência pública e manifestaram opiniões contrárias à privatização. Também apontaram a importância de envolver os parlamentares estaduais e vereadores para que nos âmbitos estadual e municipal a população entenda que ela sofrerá bastante com aumentos abusivos na conta de luz. Ainda será seriamente prejudicada com péssimos serviços prestados. Audiências públicas municipais e estaduais serão coordenadas pelo CNE.

Esse é o grande momento que nós temos para criar uma grande mobilização contra essa proposta nefasta de privatização do setor elétrico.

Precisamos lutar pela manutenção dos nossos direitos, dos nossos empregos, assim como defender a soberania nacional, a soberania energética e pela eficiência das empresas públicas.